

POLÍCIA
MILITAR
DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 74/09-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 o candidato ao CTSP/09 – 11ª RPM – **MG-12.717.017 RENATO PEREIRA SOARES** interpôs recurso administrativo em face de ter sido contra-indicado no exame psicológico, contudo, não compareceu à Entrevista de Devolução e nem apresentou suas Razões Escritas de Defesa;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 embora o candidato não tenha apresentado sua defesa, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim, realizou a revisão do material produzido pelo candidato e emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desse para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

2 RESOLVE:

2.1 conhecer do recurso, posto que apresenta os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** o pedido, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicado do candidato recorrente para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM
Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA
MILITAR
DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 42/09-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 11ª RPM – **MG-14.328.331 ANDRÉ FERREIRA DE OLIVEIRA, MG-14.888.995 ANDRÉ LUIS SILVA ALQUIMIM, MG- 14.798.749 ARLEN DANIEL OLIVEIRA VIANA, MG- 16.722.637 BRUNO PEREIRA DA FONSECA, MG- 10.420.051 CARLOS WAGNER ROCHA, MG- 14.249.155 DEGUIMAR ALEXANDRA DE OLIVEIRA NOGUEIRA, MG- 15.441.675 DIEGO FERREIRA SARMENTO, MG- 10.344.428 EDILSON RAMOS DOS SANTOS, MG- 10.603.730 ERIKA GONÇALVES ALMEIDA, MG- 11.854.080 EVALDO ROCHA SILVA, MG- 14.759.201 FREDERICO ANTUNES SILVEIRA, MG- 16.094.429 GLENN FELIPE GOMES FERREIRA, MG- 11.015.775 IGOR FABIANO SILVA RAFAEL, MG- 13.951.908 JAIME SILVA RODRIGUES, MG- 14.564.872 JAISON ISAÍAS RODRIGUES ANTUNES, MG- 13.102.112 JEFERSON MACALISTER SOUZA RAMOS, MG- 15.484.637 JHONATA WILK SOUZA DIAS, MG- 14.923.554 JOÃO DA SILVA MAIA, MG- 13.025.540 JOSÉ ALVES CAFÉ FILHO, MG- 11.714.448 JOSÉ ANTÔNIO DE MOURA, MG- 12.117.093 LEANDRO ALVES NOBRE, MG- 14.374.135 LEANDRO BRITO DE SOUZA, MG- 14.246.612 LUCAS THIAGO MOREIRA DE AQUINO, MG- 14.267.150 MAICON ROBERTO DOS SANTOS FIÚZA, MG- 15.418.719 MARCOS PEREIRA DE JESUS, MG- 11.861.715 RAFAEL CASTRO BARBOSA, MG- 13.439.296 RAMON RIBEIRO DURÃES, MG- 10.949.391 RENATO APARECIDO RODRIGUES SOARES, MG- 15.107.740 RUAN VICTOR PEREIRA RODRIGUES, MG- 14.494.053 SARAH MANUELA GONÇALVES RODRIGUES, MG- 16.429.301 SAULO PATRIK SOARES MENDES, MG- 13.364.089 TÁSSIO HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA, MG- 13.594.420 THIAGO COSTA PEREIRA, MG- 11.862.016 WAGNER OLIVEIRA SILVA, MG- 8.960.745 WAGNER PEREIRA EZEQUIEL E MG- 14.663.813 WILLIAN JUNEIO FERREIRA LOPES** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art.

37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicados dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte – MG, 29 de janeiro de 2009.

(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM
Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS